Portobello

Portobello S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 83.475.913/0001-91

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2007

A produção brasileira de revestimentos cerâmicos aumentou 6% em 2007, ultrapassando 632 milhões de m2. O Brasil manteve-se pelo segundo ano consecutivo como terceiro maior produtor mundial e aproximou-se da Espanha, segunda colocada atrás da China em volume de produção de revestimentos cerâmicos. As vendas no mercado interno cresceram 10% atingindo 532 milhões de m2. As exportações brasileiras de 104 milhões de m2 reduziram-se 9% em quantidade física, voltando ao patamar registrado em 2003. Entretanto, em razão de aumento no preço médio, o valor das exportações caiu apenas 7%, para US$ 402 milhões. As importações de 5 milhões de m2 no valor de US$ 27 milhões apresentaram crescimento expressivo no ano, porém representaram participação discreta no mercado brasileiro de revestimentos cerâmicos, de cerca de 1% do consumo.

ALONGAMENTO DO PASSIVO FINANCEIRO

No primeiro semestre de 2007 a Companhia realizou três operações de pré-pagamento de exportações no valor total de US$ 31 milhões, com amortização em 36 meses, substituindo financiamentos de curto prazo e de taxas de juros maiores. Como conseqüência obteve importantes melhorias em sua liquidez e na despesa financeira.

ASPECTOS SOCIETÁRIOS E AUDITORIA

O capital social integralizado foi aumentado em cerca de R$ 12 milhões em junho de 2007, através da emissão de 9 milhões de ações preferenciais. Em novembro foram realizadas Assembléias Gerais Extraordinárias onde os acionistas aprovaram a conversão das ações preferenciais em ordinárias, ao par, assim como novo estatuto social já adequado à participação no Novo Mercado da BOVESPA, a ser formalizada no primeiro semestre de 2008. Foi aprovada, também, a incorporação das empresas controladoras direta e indiretas, tornando o controle societário da Companhia mais simples e aumentando o percentual de ações em circulação. O estatuto social estabelece que a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da BOVESPA, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.
Atendendo ao disposto na Instrução CVM 381 de 14/01/2003, a empresa informa que a auditoria independente é realizada pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a qual não presta qualquer outro tipo de serviço para a empresa ou suas subsidiárias.

DESEMPENHO COMERCIAL

O faturamento consolidado total foi R$ 479 milhões, sendo 69% decorrentes de vendas em reais e 31% em vendas em moeda estrangeira, incluindo as vendas da subsidiária nos EUA. A participação do faturamento em moeda estrangeira vem sendo reduzida como conseqüência do ajuste realizado na estratégia da Companhia decorrente da apreciação do real frente ao dólar. Conseqüentemente, as exportações da controladora no valor de US$ 51 milhões, incluindo exportações para os EUA, reduziram-se 13% enquanto o faturamento no mercado interno cresceu 13% para R$ 330 milhões. Não obstante o crescimento significativo no mercado interno, a redução de 34% no faturamento da subsidiária nos EUA e de 16% nas exportações para os demais países, aliada à queda na taxa de câmbio, levaram à redução total de 6% no faturamento consolidado. As vendas físicas consolidadas somaram 19 milhões de metros quadrados de revestimentos cerâmicos, dos quais 73% no mercado interno. A redução de 29% na quantidade exportada pela controladora refletiu a opção conjuntural da Companhia em direcionar maior percentagem de suas vendas para o mercado interno. A Companhia refinou sua estratégia de varejo multicanal, única no mercado brasileiro, com a introdução de novo modelo de loja franqueada com a bandeira Empório Portobello, mais despojado e visando aumentar a acessibilidade de nossos produtos no varejo, complementando as lojas com a bandeira Portobello Shop. A rede de varejo foi ampliada de 95 para 99 lojas, sendo 98 delas franqueadas, consolidando-a como a maior rede brasileira de lojas especializadas em revestimentos cerâmicos. Com faturamento de R$ 171 milhões, a rede de lojas franqueadas Empório Portobello e Portobello Shop cresceu 24% em relação ao ano anterior.

DESEMPENHO INDUSTRIAL

O programa de investimentos de cerca de R$ 4 milhões teve como principal objetivo a modernização das fábricas. A produção anual total de 18 milhões de m2 de revestimentos cerâmicos apresentou redução de cerca de 3% em relação ao mesmo período do ano anterior, porém com "mix" de produtos de maior valor agregado. Foi iniciada a implantação do programa de produção enxuta nas unidades fabris da Companhia. Este programa, que tem o apoio do Lean Institute do Brasil, objetiva detalhar as atividades básicas envolvidas no negócio e identificar o que é desperdício e o que é valor a partir da ótica dos clientes e usuários. Foi iniciado novo projeto de modernização e ampliação de capacidade das linhas de produção de revestimentos de parede e de porcelanato, já tendo sido encomendados os novos equipamentos na Itália para entrega a partir de fevereiro de 2008. A Companhia concluiu os procedimentos para reciclar todos os rejeitos de seu processo produtivo, evitando assim qualquer impacto ambiental.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Companhia enfrentou uma série de desafios em 2007, tanto de ordem externa quanto interna. Entre os principais destacam-se os juros elevados e a taxa de câmbio ainda mais desfavorável para as exportações e a distribuição nos EUA. A Companhia também registrou no exercício despesas não recorrentes, detalhadas nas Notas Explicativas 8 e 22.
A receita líquida consolidada de R$ 395 milhões apresentou redução de 9% em relação ao ano anterior, apesar do crescimento de 15% na receita líquida do mercado interno, anulado pela queda de 32% nas receitas consolidadas em moeda estrangeira. O lucro bruto consolidado de R$ 112 milhões reduziu-se 7%, principalmente devido às margens menores obtidas nas exportações da controladora, fruto da forte queda da taxa de câmbio. Para compensar estes efeitos a Companhia implementou um programa abrangente de racionalização e otimização de seus processos administrativos e comerciais, com substancial redução de R$ 14 milhões de despesas operacionais, uma economia de 13%. Assim, o lucro operacional consolidado antes de efeitos financeiros, se ajustado pela eliminação das despesas não recorrentes descritas na Nota Explicativa 22, seria de R$ 20 milhões, crescendo 41% em relação ao ano anterior. A despesa financeira líquida consolidada de R$ 18 milhões teve uma redução de R$ 20 milhões no período, equivalentes a uma economia de 53%. O lucro operacional, se ajustado pela eliminação das despesas não recorrentes descritas na Nota Explicativa 22, seria de R$ 1 milhão, apresentando expressivo acréscimo de R$ 27 milhões. Para análise do desempenho do ano findo em 31/12/2007 está apresentado a seguir o resultado líquido que resultaria se ajustado pela eliminação dos efeitos das despesas não recorrentes descritas na Nota Explicativa 22, assim como a eliminação das reversões de IR e de CSLL diferidos, descritas na Nota Explicativa 8, que também não são recorrentes:

	2007	2006
Prejuízo do Exercício Consolidado	**(39.408)**	**(29.294)**
Outras despesas operacionais não recorrentes (nota explicativa 22)	26.932	-
Reversão de Imposto de Renda Diferido	8.020	-
Reversão de Contribuição Social Diferido	2.715	-
Prejuízo do Exercício Ajustado	**(1.741)**	**(29.294)**

Prejuízo do Exercício Ajustado é o resultado líquido, excluído os efeitos não recorrentes e a reversão do imposto de renda diferido e da contribuição social diferida. A divulgação deste número visa permitir uma melhor comparação do desempenho da Companhia. Prejuízo do Exercício Ajustado não foi auditado pelos auditores independentes.
Com os ajustes descritos acima, o prejuízo líquido ajustado de R$ 2 milhões no exercício foi R$ 28 milhões menor do que no ano anterior, uma redução de 94%. A geração de caixa consolidada ajustada pela eliminação das despesas não-recorrentes descritas na Nota Explicativa 22 ("EBITDA ajustado") seria de R$ 39 milhões e aumentaria 9% em relação ao ano anterior, representando 10% da receita líquida enquanto que no ano anterior este percentual foi de 8%.
Os estoques consolidados reduziram-se R$ 27 milhões, ou 27% no período. O endividamento financeiro consolidado, incluindo parcelamento de impostos e mútuos com coligadas, reduziu-se R$ 11 milhões, equivalentes a 7%, com o saldo de R$ 151 milhões representando cerca de 3,7 vezes o EBITDA ajustado, relação mais confortável do que o múltiplo de 4,2 verificado no ano anterior.

VALOR ADICIONADO

O demonstrativo da distribuição do valor adicionado encontra-se a seguir:

ORIGEM/DESTINAÇÃO	%
Preço de Venda	100
Insumos	69
Valor Adicionado	31
Depreciação/Amortização	5
Valor Adicionado Recebido em Transferência (receitas financeiras)	5
Valor Adicionado a Distribuir	31
Para os Empregados (salários, benefícios e encargos)	14
Para o Governo (impostos, taxas e contribuições)	17
Para o Capital de Terceiros (juros e aluguéis)	11
Para a Empresa (Prejuízo)	(11)

RESULTADO OPERACIONAL – EBTIDA

Reconciliação do EBITDA (Informação Complementar)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Prejuízo líquido do período	(45.067)	(29.764)	(39.408)	(29.294)
Resultado Financeiro Líquido	16.446	35.661	18.454	39.267
Depreciação, amortização e exaustão	18.374	20.157	19.317	21.802
Imposto de Renda e Contribuição Social	10.199	-	12.456	2.220
Participação minoritária	-	-	(89)	(67)
Resultado não operacional	1.225	2.044	1.342	1.850
(=) EBITDA	(1.177)	28.098	12.072	35.778
Outras despesas operacionais não recorrentes	26.932	-	26.932	-
(=) EBITDA AJUSTADO	25.755	28.098	39.004	35.778

EBITDA Ajustado: O EBITDA Ajustado consiste no resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações e amortizações e exclui os efeitos não recorrentes, por entendermos que tal resultado não está vinculado ao ciclo de negócios da Companhia. As despesas não recorrentes estão mencionadas na nota explicativa 22, e são relativas á autos de infração e reconhecimento de passivo tributário de anos anteriores. O EBITDA Ajustado não é medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao Lucro Líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. O EBITDA Ajustado não é afetado por reestruturações de dívidas, flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária ou dos níveis de depreciação e amortização.

RECURSOS HUMANOS

Foram proporcionadas 83 mil horas de treinamento para os profissionais da Companhia e de suas controladas. Foram proporcionadas oportunidades a 55 crianças e adolescentes em programas educacionais. Foram investidos R$ 4 milhões na área de treinamento e benefícios aos empregados, incluindo, entre outros, assistência à saúde e previdência complementar. O quadro de pessoal consolidado ao final do ano era constituído de 1.653 profissionais, sendo 1.393 próprios, 228 terceiros e 32 estagiários. Em comparação com o ano anterior houve uma diminuição de 114 postos de trabalho, equivalentes a 6 % do total consolidado.

PREMIAÇÕES

A Companhia foi agraciada em 2007 pela conquista de diversos prêmios nas categorias: Produtos, Marca e Qualidade, onde destacamos: "Top Marcas 2007 - Categoria Revestimentos Cerâmicos" da Revista Projeto Design, "14º Ranking de Conceito e imagem da Indústria – Troféu Ruy Ohtake – Categoria Porcelanato" da Revista Revenda, "Prêmio PINI 2007 – Categoria Revestimentos Cerâmicos" da Revista Construção e Mercado, Techne e AU – Editora Pini, "Top 10 – Qualidade" da Revista Anamaco, "As Empresas Mais Admiradas do Brasil" da revista Carta Capital/TNSInterScience, "iF Product Design Award – Design Excellence Brazil" da iF Product Design, "As melhores da Dinheiro 2007" da Revista Isto É Dinheiro, "11º Prêmio Melhor Produto do Ano" da Revista Revenda, "Top Of Mind Portobello Shop na Categoria loja de Pisos e Revestimentos em Geral" do Anuário Casa & Mercado 2007 – 10ª edição, e "9ª Pesquisa Nacional sobre Preferência de Marca – Categoria piso Cerâmico" da Revista Hotelaria.
A Responsabilidade Social é um compromisso da Companhia com toda sociedade, reconhecido com os seguintes prêmios: "Troféu Amigo da Comunidade" da Câmara Municipal de Tijucas-SC e "Empresa Amiga da Criança – Título pela contribuição para o Fundo da Infância e Adolescência – FIA no período 2006/2007" da Prefeitura Municipal de Tijucas-SC.

PERSPECTIVAS

A Companhia espera em 2008 a aceleração do crescimento da atividade de construção civil no Brasil em razão da capitalização das maiores construtoras e incorporadoras brasileiras, e da maior oferta e melhores condições de custo e prazo nos financiamentos habitacionais. As medidas de redução de despesas e racionalização de processos tomadas nos últimos dois anos, aliadas à redução de custos de produção que será obtida com os novos equipamentos a serem instalados nos próximos meses, deverão ajudar a recuperar as margens de lucro que haviam sido reduzidas devido ao câmbio desfavorável. As exportações continuarão sendo reduzidas, temporariamente, aguardando a melhoria da taxa cambial. Mesmo assim, as exportações deverão gerar receitas cambiais muito superiores ao serviço da dívida em moeda estrangeira. O mercado brasileiro continua a ser prioritário, e a Companhia espera que o crescimento das vendas domésticas mais do que compense a redução voluntária das exportações. Para isso, a rede de lojas Portobello Shop e Empório Portobello acelerará o ritmo de abertura de lojas em novos mercados, aumentando significativamente seus volumes de vendas, inclusive em mercados menos sofisticados e mais sensíveis a preço dos produtos. Para o final de 2008 espera-se expandir a rede para 120 lojas franqueadas. A modernização das linhas de produção, além de possibilitar redução de custos e dos preços dos produtos, aumentará a capacidade fabril em cerca de 30% a partir do quarto trimestre de 2008, com investimento orçado em cerca de R$ 30 milhões, em grande parte financiada pelos fornecedores dos equipamentos. A capacidade adicionada permitirá à Companhia lançar novas linhas de produtos de preços mais competitivos para atender à demanda das construtoras de revestimentos para imóveis voltados às classes B e C. O canal de distribuição para lojas multimarcas continuará sendo expandido, com a implantação de novos "showrooms" e expositores nos clientes de maior porte, além de novas linhas de produtos com maior acessibilidade visando incrementar o volume de vendas. A estrutura de passivos financeiros, que já foi alongada em 2007, merecerá nova reestruturação visando custos financeiros menores e prazos maiores do que os dos financiamentos contratados naquele exercício. Com a adesão ao Novo Mercado a ser formalizada no primeiro semestre de 2008 a Companhia aperfeiçoará seus processos de comunicação com o mercado de capitais, de modo a permitir melhor acompanhamento de seu desempenho.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora 2007	Controladora 2006	Consolidado 2007	Consolidado 2006
Ativo					
Circulante					
Disponibilidades	4	1.280	1.368	2.362	1.899
Títulos valores mobiliários	5	4.339	2.433	4.339	2.433
Contas a receber de clientes	6	67.486	42.641	59.436	34.895
Estoques	7	59.205	69.988	75.609	100.397
Adiantamento a fornecedores		1.690	972	1.731	971
Tributos a recuperar		510	2.156	1.510	2.156
Dividendos a receber		922	413	-	-
Despesas antecipadas		263	259	269	259
Créditos diversos		2.197	1.275	2.663	3.369
Total do ativo circulante		**137.892**	**121.505**	**147.919**	**146.379**
Não Circulante					
Realizável a longo prazo:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	5.475	16.210	6.715	17.706
Financiamentos a empregados		-	1.020	-	1.020
Depósitos judiciais		785	785	951	946
Imóveis destinados a venda		156	544	156	544
Outros realizáveis de longo prazo	9	273	376	940	1.118
Com controladas	19	783	314	-	-
Com outras pessoas ligadas	19	-	20	-	21
Com coligadas e equiparadas	19	90.304	-	90.304	-
		97.776	**19.269**	**99.066**	**21.355**
Permanente					
Investimentos:					
Investimentos em controladas e coligadas	10	4.618	4.042	-	-
Ágio na aquisição de investimentos		-	35	-	35
Outros investimentos		880	952	1.018	970
Imobilizado	12	150.170	162.588	152.172	165.230
Intangível		549	549	550	551
Diferido	13	5.174	7.325	5.306	7.471
Total do ativo não circulante		**161.391**	**175.491**	**159.046**	**174.257**
Total do Ativo		**397.059**	**316.265**	**406.031**	**341.991**

	Nota explicativa	Controladora 2007	Controladora 2006	Consolidado 2007	Consolidado 2006
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Fornecedores		60.039	72.334	61.463	79.892
Empréstimos e financiamentos	14	55.366	80.835	63.648	99.193
Impostos, taxas e contribuições	16	11.794	384	12.298	843
Parcelamento de obrigações fiscais	15	9.535	6.377	9.810	6.632
Dívidas com pessoas ligadas	19	2.226	-	2.226	-
Adiantamento de clientes		10.345	4.571	10.538	5.175
Salários, provisões e contribuições sociais		7.630	7.019	8.847	9.013
Outras obrigações		5.837	3.916	6.091	5.411
Total do passivo circulante		**162.772**	**175.436**	**174.921**	**206.159**
Passivo Não Circulante					
Exigível a longo prazo:					
Empréstimos e financiamentos	14	42.348	15.029	43.013	15.655
Parcelamento de obrigações fiscais	15	28.097	29.461	28.256	29.998
Provisões para contingências	18	2.849	5.234	2.895	5.275
Empresas ligadas	19	9.356	11.659	4.525	10.868
Imposto de renda e contribuição social diferidos		18.249	18.786	18.249	18.786
Plano de previdência privada e outros	20	3.604	3.867	3.604	3.867
Tributos a pagar	17	106.241	-	106.614	-
Outros		-	-	352	225
Total do passivo não circulante		**210.744**	**84.036**	**207.508**	**84.674**
Participação de Minoritários		**-**	**-**	**62**	**27**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21	112.957	100.717	112.957	100.717
Reservas de capital		267	267	267	267
Reserva de reavaliação		54.584	56.192	54.584	56.192
Prejuízos acumulados		(144.265)	(100.806)	(144.268)	(106.468)
Total do patrimônio líquido		**23.543**	**56.370**	**23.540**	**50.708**
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	423	-	423
Total do patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital		**23.543**	**56.793**	**23.540**	**51.131**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**397.059**	**316.265**	**406.031**	**341.991**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	Nota explicativa	Controladora 2007	Controladora 2006	Consolidado 2007	Consolidado 2006
Receita Bruta de Vendas		**395.265**	**392.870**	**479.284**	**511.020**
Deduções da Receita Bruta					
Impostos incidentes sobre vendas		(75.217)	(68.319)	(78.869)	(71.884)
Descontos e abatimentos		(5.863)	(5.929)	(5.583)	(7.271)
Receita Operacional Líquida		**314.185**	**318.622**	**394.832**	**431.865**
Custos dos Produtos Vendidos		**(246.081)**	**(250.283)**	**(283.045)**	**(311.442)**
Lucro Bruto		**68.104**	**68.339**	**111.787**	**120.423**
Receitas (Despesas) Operacionais					
Vendas		(42.655)	(45.164)	(72.675)	(86.752)
Gerais e administrativas		(13.014)	(15.022)	(18.375)	(18.861)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(3.881)	(1.434)	-	-
Amortização de ágio	10	(35)	-	-	-
Perda cambial em investimento	10	(281)	(567)	(281)	(567)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	(25.435)	1.789	(27.701)	(272)
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro		**(17.197)**	**7.941**	**(7.245)**	**13.971**
Resultado Financeiro	23				
Receitas financeiras		2.579	3.114	2.963	3.258
Despesas financeiras		(31.781)	(42.433)	(34.173)	(46.183)
Variação cambial e monetária, líquidas		12.756	3.658	12.756	3.658
		(16.446)	**(35.661)**	**(18.454)**	**(39.267)**
Prejuízo Operacional		**(33.643)**	**(27.720)**	**(25.699)**	**(25.296)**
Receitas (Despesas) Não Operacionais, Líquidas		**(1.225)**	**(2.044)**	**(1.342)**	**(1.845)**
Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**(34.868)**	**(29.764)**	**(27.041)**	**(27.141)**
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Corrente	8	-	-	(2.257)	(1.609)
Diferido	8	(10.199)	-	(10.199)	(611)
		(10.199)	**-**	**(12.456)**	**(2.220)**
Prejuízo do Exercício Antes da Participação de Minoritários		**(45.067)**	**(29.764)**	**(39.497)**	**(29.361)**
Participação de Minoritários		**-**	**-**	**89**	**67**
Prejuízo do Exercício		**(45.067)**	**(29.764)**	**(39.408)**	**(29.294)**
Prejuízo por lote de mil ações (ações em circulação na data do balanço) - em reais R$		159.009 (0,28342)	150.009 (0,19841)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONTINUA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Sub-total	Adiantamento para aumento de capital	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005		**82.017**	**267**	**13.368**	**(72.086)**	**23.566**	**18.700**	**42.266**
Aumento de capital	21.a	18.700	-	-	-	18.700	(18.700)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	423	423
Realização da reserva de reavaliação		-	-	(1.044)	1.044	-	-	-
Reserva de reavaliação	12	-	-	43.868	-	43.868	-	43.868
Prejuízo do exercício		-	-	-	(29.764)	(29.764)	-	(29.764)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006		**100.717**	**267**	**56.192**	**(100.806)**	**56.370**	**423**	**56.793**
Aumento de capital	21.a	12.240	-	-	-	12.240	(423)	11.817
Realização da reserva de reavaliação		-	-	(1.608)	1.608	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(45.067)	(45.067)	-	(45.067)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		**112.957**	**267**	**54.584**	**(144.265)**	**23.543**	**-**	**23.543**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora 2007	Controladora 2006	Consolidado 2007	Consolidado 2006
Origens de Recursos					
Das operações (vide abaixo)		-	-	2.024	-
De Acionistas					
Integralização de capital	21	11.817	423	11.817	423
De Terceiros					
Dividendos recebidos	10	922	413	-	-
Redução do realizável a longo prazo		-	577	-	426
Aumento de empréstimos e financiamentos de longo prazo		59.751	11.051	59.751	11.051
Aumento do exigível a longo prazo		3.174	3.068	5.801	1.546
Parcelamento de obrigações fiscais		3.158	11.619	3.178	12.146
		67.005	**26.728**	**68.730**	**25.169**
Total das origens		**78.822**	**27.151**	**82.571**	**25.592**
Aplicações de Recursos					
Nas operações (vide abaixo)		2.981	10.652	-	10.077
Imobilizado		3.935	2.065	3.935	2.488
Diferido		273	264	562	264
Transferência do ativo circulante para o não-circulante		388	1.579	388	1.579
Transferência do passivo não-circulante para o circulante		42.194	41.054	44.898	41.054
Total das aplicações		**49.771**	**55.614**	**49.783**	**55.462**
Aumento (Redução) do Capital Circulante Líquido		**29.051**	**(28.463)**	**32.788**	**(29.870)**
Variações do Capital Circulante Líquido Representado Por:					
Ativo circulante:					
No fim do exercício		137.892	121.505	147.919	146.379
No início do exercício		121.505	138.093	146.379	171.052
		16.387	**(16.588)**	**1.540**	**(24.673)**
Passivo circulante:					
No fim do exercício		162.772	175.436	174.921	206.169
No início do exercício		175.436	163.561	206.169	200.972
		(12.664)	**11.875**	**(31.248)**	**5.197**
Aumento (Redução) do Capital Circulante Líquido		**29.051**	**(28.463)**	**32.788**	**(29.870)**
Prejuízo do exercício		(45.067)	(29.764)	(39.408)	(29.294)
Itens que não afetam o capital circulante:					
Depreciação e amortização		18.374	20.157	19.317	21.802
Custo residual do ativo permanente baixado		403	2.035	404	2.622
Resultado da equivalência patrimonial	10	3.881	1.434	-	-
Amortização de ágio	10	35	-	-	-
Perda cambial em investimentos	10	281	567	-	-
Provisão para perda em ações para empregados		1.020	-	1.020	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	10.199	-	10.199	611
Encargos financeiros e variação cambial e monetária sobre o realizável e exigível a longo prazo		(8.044)	(9.598)	(7.953)	(9.674)
Participação de minoritários		-	-	(89)	(77)
Atualização de tributos a pagar de longo prazo		15.937	-	18.534	-
Provisões diversas		-	4.517	-	3.933
Total gerado das (aplicado nas) operações		**(2.981)**	**(10.652)**	**2.024**	**(10.077)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, ou quando de outra forma identificados)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Portobello S.A. ("Companhia") dedica-se à produção e comercialização de revestimentos cerâmicos e produtos e serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior. De acordo com sua aplicação, os produtos comercializados classificam-se em: porcelanato técnico, porcelanato esmaltado, piso, parede, mosaicos, peças especiais e materiais para assentamento. Os porcelanatos são os produtos de maior valor agregado e de maior rentabilidade no portfólio. Os serviços comercializados incluem projetos, orçamentos, assentamento de revestimentos cerâmicos, supervisão de obras, e assistência técnica.

Operações

A estratégia de distribuição está alicerçada em cinco canais: lojas especializadas Portobello Shop, lojas multi-marca de materiais para construção, engenharia (construtoras, incorporadoras e clientes que compram como se fossem construtoras, como, por exemplo, bancos e redes de franquias), exportação para os EUA, e exportação para os demais países. Cada canal tem características específicas de portfólio de produtos e serviços e de política comercial. Na exportação o mercado dos EUA é atendido através da subsidiária Portobello America, Inc, que atualmente opera 5 depósitos com estoque de produtos para pronta entrega. O restante das exportações é distribuído para mais de 60 países, através de representantes comerciais. No mercado brasileiro o foco é no segmento dos consumidores de maior poder aquisitivo, principalmente através da rede Portobello Shop, que atualmente conta com 99 lojas, das quais 98 são franqueadas. Os serviços são comercializados através da subsidiária PBTech Ltda., com foco nos clientes do canal engenharia. Esta subsidiária opera a loja Portobello Shop que não é franqueada. A subsidiária Mineração Portobello atua na atividade de extração e comercialização de minerais utilizados na produção de revestimento cerâmico, e a quase totalidade de sua produção é consumida pela Companhia.

Foi desenvolvido novo modelo de loja franqueada com a bandeira Empório Portobello, menos sofisticado do que o modelo Portobello Shop, com menor necessidade de investimento e de vendas para atingir o ponto de equilíbrio. Este modelo começou a ser implantado no primeiro trimestre de 2007, contando hoje com quatro lojas. Como agrega novos mercados anteriormente não atendidos pelas lojas de formato padrão, e tem apelo maior de acessibilidade de preço, esta medida visa aumentar as vendas no canal mais rentável e de produtos de maior valor agregado, sem ocasionar canibalização de vendas nos demais pontos de venda.

A Administração aprofundou diversas medidas iniciadas no exercício de 2006, visando melhorar a rentabilidade através da redução de custos e de despesas. Dentre elas destacam-se a redução do quadro de pessoal, o cancelamento de contratos de serviços terceirizados que foram absorvidos pela equipe interna, a racionalização de processos e a redução da estrutura organizacional.

Outras medidas de redução de despesas foram tomadas no terceiro trimestre de 2007, principalmente em relação à subsidiária Portobello America, onde foi reduzido o quadro de pessoal e diminuída a despesa de aluguéis com o fechamento de um depósito em North Port, Flórida e de um escritório na Califórnia. Outras reduções de despesas de aluguéis estão sendo adotadas com o encerramento das operações de dois depósitos e através da sublocação de parte dos outros três depósitos atualmente operados pela subsidiária. Dentre as ações voltadas para redução de custos industriais da Companhia no exercício destaca-se a compra de equipamentos para aumento de produtividade e eliminação de gargalos de produção, que deverão ser instalados no início de 2008. Além disso, a Companhia está avaliando outros investimentos industriais para aumento de capacidade e de produtividade de sua planta em Tijucas, e discutindo com fontes de financiamento de longo prazo as condições para sua contratação. Paralelamente a estas ações, a estratégia comercial foi ajustada para reduzir a participação das exportações na receita da Companhia, conseqüentemente aumentando as vendas no mercado interno, que atualmente são mais rentáveis.

A Administração espera em 2008 a aceleração do crescimento da atividade de construção civil no Brasil em razão da capitalização das maiores construtoras e incorporadoras brasileiras, e da maior oferta e melhores condições de custo e prazo nos financiamentos habitacionais. As medidas de redução de despesas e racionalização de processos tomadas nos últimos dois anos, aliadas à redução de custos de produção que será obtida com os novos equipamentos a serem instalados nos próximos meses, deverão ajudar a recuperar as margens de lucro que haviam sido reduzidas devido ao câmbio desfavorável. As exportações continuarão sendo reduzidas, temporariamente, aguardando a melhoria da taxa cambial. Mesmo assim, as exportações deverão gerar receitas cambiais superiores ao serviço da dívida em moeda estrangeira. O mercado brasileiro continua a ser prioritário, e a Administração espera que o crescimento das vendas domésticas mais do que compense a redução voluntária das exportações. Para isso, a rede de lojas Portobello Shop e Empório Portobello acelerará o ritmo de abertura de lojas em novos mercados, aumentando significativamente seus volumes de vendas, inclusive em mercados menos sofisticados e mais sensíveis a preço dos produtos. Para o final de 2008 espera-se expandir a rede para 120 lojas franqueadas. A modernização das linhas de produção, além de possibilitar redução de custos e dos preços dos produtos, aumentará a capacidade fabril a partir do quarto trimestre de 2008, com investimento orçado em cerca de R$ 30 milhões, em grande parte financiada pelos fornecedores dos equipamentos. A capacidade adicionada permitirá à Companhia lançar novas linhas de produtos de preços mais competitivos para atender à demanda das construtoras de revestimentos para imóveis voltados às classes B e C. O canal de distribuição para lojas multimarcas continuará sendo expandido, com a implantação de novos "showrooms" e expositores nos clientes de maior porte, além de novas linhas de produtos com maior acessibilidade visando incrementar o volume de vendas. A estrutura de passivos financeiros, que já foi alongada em 2007, merecerá nova reestruturação visando custos financeiros menores e prazos maiores do que os dos financiamentos contratados naquele exercício. Com a adesão ao Novo Mercado a ser formalizada no primeiro semestre de 2008 a Companhia aperfeiçoará seus processos de comunicação com o mercado de capitais, de modo a permitir melhor acompanhamento de seu desempenho.

Reestruturação financeira

A Companhia contratou operação de pré-pagamento de exportações no valor de US$ 25 milhões, com amortização em 36 meses, sendo 15 meses de carência, ao custo de LIBOR mais 5,5% a.a. com entrada dos recursos em 30 de março de 2007. A maior parte destes recursos foi utilizada para quitar financiamentos de curto prazo e de custo mais elevado, indexados ao CDI. Embora esta operação já tenha sido refletida na melhoria do perfil do endividamento no primeiro trimestre de 2007, seus efeitos econômicos na despesa financeira somente foram refletidos a partir do segundo trimestre de 2007. Adicionalmente, em maio de 2007 a Companhia contratou uma operação de pré-pagamento no valor de US$ 3 milhões com custo de LIBOR mais 4% a.a. e prazo de 3 anos, e em junho de 2007 outra operação similar também de US$ 3 milhões, porém com custo de LIBOR mais 3,75% a.a. Com isto, foi concluída a primeira etapa da reestruturação do financiamento do capital de giro, a ser continuada em 2008.

Em junho de 2007 foi realizado aumento de capital no montante de R$ 12 milhões, com a emissão de 9 milhões de ações preferenciais, dos quais cerca de R$ 9,5 milhões foram subscritos e integralizados pelo International Finance Corporation – IFC, e o restante pelo mercado.

2. APRESENTAÇÃO E BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização para conclusão das presentes demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria da Companhia em 11 de março de 2008 as quais serão submetidas à apreciação pelo Conselho da Administração.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas consolidam elementos patrimoniais e de resultados das controladas diretas e indiretas descritas na nota 10.

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas estão de acordo com as adotadas pela Companhia e a data de encerramento do exercício de todas as empresas incluídas na consolidação é 31de dezembro de 2007.

Os saldos patrimoniais, vendas, custos e despesas decorrentes de operações entre empresas consolidadas foram eliminados. Também foram eliminados os saldos de investimentos mantidos pela Companhia.

A conciliação entre os valores de patrimônio líquido e AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e resultados dos exercícios apresentados pela Companhia e consolidado, é apresentada como segue:

	Resultado 2007	Resultado 2006	Patrimônio líquido e AFAC 2007	Patrimônio líquido e AFAC 2006
Controladora	(45.067)	(29.764)	23.543	56.793
Lucro não realizado nos estoques	(3)	(5.662)	(3)	(5.662)
Reversão do lucro não realizado no ano anterior	5.662	6.132	-	-
Consolidado	(39.408)	(29.294)	23.540	51.131

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Disponibilidades

Compreende o saldo de caixa e depósitos bancários, sem restrição de uso.

(b) Títulos e valores mobiliários

São registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sendo que os mesmos estão dados em garantia de empréstimos e financiamentos e estão deduzidas de provisão para prováveis perdas.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída com base na análise dos valores a receber em face dos riscos envolvidos, sendo provisionado 100% dos recebíveis vencidos há mais de 360 dias excluindo o contas a receber de partes relacionadas. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na sua realização.

(d) Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição e/ou produção, deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável.

(e) Adiantamentos de contratos de câmbio e sobre cambiais de exportação

São demonstrados pelo valor de custo, acrescido da variação cambial e juros calculados até a data do balanço. Os adiantamentos correspondentes a operações de vendas a prazo já efetuadas estão sendo apresentados deduzidos de contas a receber.

(f) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, acrescidos das diferenças temporárias e de reavaliação de ativo imobilizado. Estes créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

(g) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável.

(h) Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição ou construção acrescido de reavaliação, deduzido da depreciação, a qual é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas descritas na nota explicativa 12. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de impostos diferidos no exigível a longo prazo.

A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuros. Até o presente momento, essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas permanentes.

(i) Diferido

Está registrado pelo custo de aquisição, deduzido de amortização, a qual é calculada a partir da geração dos benefícios ou no mínimo em cinco anos.

(j) Demais ativos circulantes e de longo prazo

Estão demonstrados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais ou monetárias auferidos.

(k) Empréstimos e financiamentos

São atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente e acrescidos dos juros incorridos até a data do balanço, de acordo com as taxas descritas na nota explicativa 14.

(l) Demais passivos circulantes e exigível a longo prazo

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos em base "pró-rata dia".

(m) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime de competência. A receita da venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento do contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

(n) Plano de previdência privada de contribuição definida

Encontram-se reconhecidos pelo regime de competência de exercícios e foram computados conforme descrito na nota explicativa 20.

(o) Transações com empresas ligadas e partes relacionadas

A Companhia realiza transações comerciais com partes relacionadas conforme demonstrado na nota explicativa 19.

(p) Provisão para contingências

Constituída em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia, conforme demonstrado na nota explicativa 18.

(q) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos e outras transações, tais como determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir das estimativas.

4. DISPONIBILIDADES

	Controladora 2007	Controladora 2006	Consolidado 2007	Consolidado 2006
Caixa e bancos	1.280	1.368	2.362	1.899

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora e Consolidado 2007	Controladora e Consolidado 2006
Conta vinculada	2.661	-
Aplicações financeiras	1.678	2.433
	4.339	**2.433**

Conta vinculada – conta corrente vinculada com a operação de pré-pagamento junto ao Banco ABN, e com remuneração de 4,7% ao ano em US$.

Aplicações financeiras – foram dadas em garantia a empréstimos financeiros. (vide nota explicativa 14).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora 2007	Controladora 2006	Consolidado 2007	Consolidado 2006
Contas a receber de terceiros:				
Clientes – Mercado interno	46.118	33.596	48.317	35.766
Clientes – Mercado externo	13.268	24.213	26.698	36.600
	59.386	**57.809**	**75.015**	**72.366**
Contas a receber de controladas:				
Portobello America Inc. – (ME)	21.128	19.402	-	-
PB Tech Ltda. – (MI)	1.940	1.673	-	-
	23.068	**21.075**	**-**	**-**
Provisão para devedores duvidosos	(2.011)	(1.697)	(2.622)	(2.925)
Duplicatas descontadas	(1.722)	(4.850)	(1.722)	(4.850)
Adiantamentos sobre cambiais de exportação	(11.235)	(29.696)	(11.235)	(29.696)
Total de contas a receber	**67.486**	**42.641**	**59.436**	**34.895**

Em 31 de dezembro de 2007, do montante a receber no mercado interno, 9,82% está concentrado em um único cliente que possui histórico regular de pagamento junto a Companhia. Relacionado ao mercado externo, 61,43% dos recebíveis são da controlada Portobello America Inc., onde o saldo de R$ 6.444 está vencido há mais de 180 dias.

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora 2007	Controladora 2006	Consolidado 2007	Consolidado 2006
À vencer	46.101	50.474	57.987	58.172
Vencidos até 30 dias	7.453	3.867	8.901	8.613
Vencidos de 31 a 60 dias	1.042	249	1.622	1.004
Vencidos de 61 a 90 dias	687	112	818	255
Vencidos de 91 a 180 dias	1.639	220	1.918	589
Vencidos há mais de 180 dias	2.464	2.887	3.769	3.733
Total contas a receber	**59.386**	**57.809**	**75.015**	**72.366**

7. ESTOQUES

	Controladora 2007	Controladora 2006	Consolidado 2007	Consolidado 2006
Produtos acabados	45.846	53.640	62.250	84.049
Produtos em processo	7.310	10.017	7.310	10.017
Matérias-primas e materiais de consumo	8.542	10.330	8.542	10.330
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(2.493)	(3.999)	(2.493)	(3.999)
Total	**59.205**	**69.988**	**75.609**	**100.397**

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2007 e têm a seguinte composição:

	Controladora 2007	Controladora 2006	Consolidado 2007	Consolidado 2006
Imposto de renda diferido ativo				
Sobre prejuízos fiscais	5.818	5.818	7.058	7.314
Sobre provisões não dedutíveis	6.136	6.136	6.136	6.136
(-) Provisão para parcela cuja realização não está presentemente assegurada	(8.020)	-	(8.020)	-
	3.934	**11.954**	**5.174**	**13.450**
Contribuição social diferida ativa				
Sobre base negativa	2.149	2.149	2.149	2.149
Sobre provisões não dedutíveis	2.107	2.107	2.107	2.107
(-) Provisão para parcela cuja realização não está presentemente assegurada	(2.715)	-	(2.715)	-
	1.541	**4.256**	**1.541**	**4.256**
	5.475	**16.210**	**6.715**	**17.706**

Em atendimento a Instrução CVM 371, a Companhia não constituiu créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social apurados a partir de 01/07/2002 que totalizam R$ 41.070 em dezembro de 2007 (R$ 33.702 em dezembro de 2006), em função dos estudos de viabilidade econômica indicarem a realização de créditos limitados aos montantes já constituídos.

(b) Composição dos impostos lançados no resultado

	Controladora 2007	Controladora 2006	Consolidado 2007	Consolidado 2006
Imposto de Renda				
Provisão para imposto de renda - corrente	-	-	(1.678)	(1.167)
Realização do IR diferido sobre realização da reserva de reavaliação	395	-	395	-
Provisão para IR diferido cuja realização não está presentemente assegurada	(8.020)	-	(8.020)	(611)
	(7.625)	**-**	**(9.303)**	**(1.778)**
Contribuição Social				
Provisão para contribuição social - corrente	-	-	(579)	(442)
Realização da CSLL diferida sobre realização da reserva de reavaliação	141	-	141	-
Provisão para CS diferida cuja realização não está presentemente assegurada	(2.715)	-	(2.715)	-
	(2.574)	**-**	**(3.153)**	**(442)**
Total	**(10.199)**	**-**	**(12.456)**	**(2.220)**

(c) Reconciliação efetiva dos impostos:

	Controladora 2007	Controladora 2006	Consolidado 2007	Consolidado 2006
Prejuízo antes dos impostos	(34.868)	(29.764)	(27.041)	(27.141)
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Crédito tributário à alíquota básica	11.855	10.120	9.194	9.228
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(1.319)	(488)	-	-
Diferenças permanentes				
- Perda em investimento em controladas	(95)	-	(95)	-
-Tributos federais sobre premiações a funcionários	(1.525)	-	(1.525)	-
- Outras despesas indedutíveis	(1.197)	(225)	(1.095)	(225)
Total de diferenças permanentes	(2.817)	(225)	(2.715)	(225)

CONTINUAÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Realização da reserva de reavaliação	(518)	(240)	(518)	(240)
Créditos tributários não registrados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais no exercício	(7.201)	(9.167)	(8.218)	(10.983)
Subtotal	-	-	(2.257)	(2.220)
Provisão para parcela cuja realização não está presentemente assegurada	(10.199)	-	(10.199)	-
Valor lançado ao resultado	(10.199)	-	(12.456)	(2.220)

9. OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Títulos e valores mobiliários (a)	6.186	6.186	6.186	6.186
Provisão para perdas	(6.186)	(6.186)	(6.186)	(6.186)
Depósitos de garantia	-	-	652	725
ICMS sobre ativo imobilizado	273	376	273	393
Operações com Banco Santos (a)	1.041	-	1.041	-
(-) ACE Longo Prazo	(1.041)	-	(1.041)	-
Valores a receber – SIMAB (b)	4.535	-	4.535	-
(-) Provisão para perda	(4.535)	-	(4.535)	-
Outros	-	-	15	-
Total	**273**	**376**	**940**	**1.118**

a) A Companhia registrou provisão para perdas para a totalidade dos títulos e valores mobiliários relativos a operações com o Banco Santos, instituição financeira que teve sua falência decretada em 2005. A Companhia firmou com o Banco Santos S.A. três contratos de Adiantamento de Contrato de Câmbio – ACC, no valor total de US$ 2.200. Desse total, restam em aberto R$ 1.041 que foram embarcados (performado – ACE) e estão classificados no Ativo Realizável a Longo Prazo, conta redutora de valores a receber de clientes relativo a essa mesma operação e contabilizados neste mesmo grupo. Na mesma oportunidade, em face de exigência de reciprocidade, a Companhia adquiriu debêntures de empresas do mesmo grupo econômico do Banco (SANTOSPAR Investimentos e Participações S.A. e SANVEST Participações S.A.), no valor de R$ 5.577. A partir da intervenção decretada pelo Banco Central do Brasil no Banco Santos, várias ações foram realizadas para salvaguardar os interesses da Companhia. Dado o insucesso na esfera administrativa, a Companhia ajuizou ação declaratória com o propósito de compensar os débitos (contratos ACC), cujo saldo importa no valor de R$ 3.454, com os créditos (Debêntures), no valor de R$ 5.577. O Juiz de Direito da Vara Cível de Tijucas deferiu tutela antecipada, entendendo que "*verificando ao final, a possibilidade de julgamento de procedência, com a compensação integral dos valores dos créditos aplicados pela autora em debêntures ofertadas pelo Banco Santos, quando da realização do negócio, suspendo, por ora, a eficácia do contrato elaborado em 20.10.04 (ACC 9398).*"

b) A Companhia reconheceu em 30 de setembro de 2007 em seu balanço um contas a receber de longo prazo no valor de R$ 4.535 referente ao contrato de cessão de créditos tributários (crédito prêmio de Impostos sobre Produto Industrializado – IPI) celebrado com a SIMAB S.A. Na mesma data, a Companhia constituiu provisão para perda no mesmo valor do ativo (vide nota explicativa 17b).

10. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONTROLADAS

	Portobello America	Mineração Portobello	PBTech Ltda.	Portobello Shop S.A.	Total 2007	Total 2006
Capital social integralizado	16.827	167	3.337	400	-	-
Patrimônio líquido / (passivo a descoberto)	(4.171)	(226)	(1.563)	5.546	-	-
Resultado do exercício	(5.775)	9	(2.146)	3.691	-	-
Participação no capital em %	98,42 %	99,76 %	99,94%	99,90%	-	-
Saldo inicial	1.610	-	579	1.853	4.042	7.087
Resultado da equivalência patrimonial	(5.436)	9	(2.141)	3.687	(3.881)	(1.434)
Perda cambial	(281)	-	-	-	(281)	(567)
Transferência para passivo a descoberto	4.107	(9)	1.562	-	5.660	(631)
Dividendos propostos	-	-	-	(922)	(922)	(413)
Total investimento em controlada	**-**	**-**	**-**	**4.618**	**4.618**	**4.042**
Ágio em controladas	35	-	-	-	35	35
Amortização de ágio em controladas	(35)	-	-	-	(35)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2007	**-**	**-**	**-**	**4.618**	**4.618**	**4.077**

11. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO ELETROBRAS

A Companhia moveu uma Ação Declaratória Cumulada com Condenatória contra a Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS, a qual foi julgada procedente, tendo a decisão transitada em julgado e atendidos os pedidos formulados pela Companhia sobre ressarcimento de empréstimos compulsórios cobrados no consumo de energia elétrica. Conseqüentemente, foi promovida a Execução do Título Judicial, cujo mandado de citação já foi expedido. O valor da execução, em 01/02/2006, é de R$ 16.657 e o crédito de empréstimos compulsórios encontra-se contabilizado no ativo permanente na conta de "Outros investimentos" pelo valor histórico de R$ 590. O valor contabilizado será atualizado quando ocorrer a penhora de valores da executada, o que a Companhia estima vir a ocorrer no primeiro semestre de 2008.

12. IMOBILIZADO

	Taxa %	Custo	Depreciação Acum.	Controladora 2007 Valor Líquido	Controladora 2006 Valor Líquido	Consolidado 2007 Valor Líquido	Consolidado 2006 Valor Líquido
Terrenos	-	13.072	-	13.072	13.205	13.460	13.594
Edificações e benfeitorias	2,88% (*)	89.133	(2.564)	86.569	88.937	87.152	89.596
Máq. equipamentos e instalações	15%	204.370	(159.274)	45.096	56.176	45.542	57.032
Móveis e utensílios	10%	7.555	(6.105)	1.450	1.723	1.867	2.160
Computadores e sistemas	20%	11.017	(10.011)	1.006	1.477	1.085	1.595
Outras imobilizações	Diversas	305	(216)	89	200	178	383
Obras em andamento	-	2.888	-	2.888	870	2.888	870
Total		**328.340**	**(178.170)**	**150.170**	**162.588**	**152.172**	**165.230**

(*) Média ponderada

A AGE – Assembléia Geral Extraordinária, de 29 de dezembro de 2006, aprovou o registro da reavaliação de terrenos, construções e benfeitorias, suportada em laudo de reavaliação preparado pela Bretas & Associados Engenharia e Consultoria Ltda., empresa avaliadora independente, a qual determinou os valores dos bens reavaliados bem como estabeleceu o novo prazo de vida útil remanescente, que se constituiu em nova base de depreciação ao valor contábil líquido dos referidos bens. O registro da reavaliação no montante de R$ 62.652, foi creditado em conta de reserva de reavaliação no montante de R$ 43.868, líquida dos efeitos fiscais de R$ 18.784, reconhecidos no exigível a longo prazo.

A composição dos bens reavaliados em 2006 é:

	Valores antes da Reavaliação			Reavaliação 31.12.2006	
	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Saldo 31.12.2006	Valor da Reavaliação	Saldo após Reavaliação
Terrenos	5.803	-	5.803	7.402	13.205
Edificações	63.047	(33.566)	29.481	47.656	77.137
Benfeitorias	8.190	(3.189)	5.001	7.594	12.596
	77.040	**(36.755)**	**40.285**	**62.652**	**102.938**
(-) Imposto de renda e contribuição social diferidos				(18.784)	
Valor líquido da reavaliação				43.868	

O saldo da reavaliação, registrada nos exercícios de 1990, 1991 e 2006 monta em R$ 54.584 em dezembro de 2007 (R$ 56.192 em dezembro de 2006) e a despesa de depreciação da reavaliação no ano foi de R$ 1.607 (R$ 1.044 em dezembro de 2006).

13. DIFERIDO

	Custo	Amortização Acum.	Controladora 2007 Valor Líquido	Controladora 2006 Valor Líquido	Consolidado 2007 Valor Líquido	Consolidado 2006 Valor Líquido
Gastos de implantação e pré-operacionais	11.247	(11.114)	133	73	145	74
Gastos implantação sistema de gestão	6.813	(3.377)	3.436	4.798	3.436	4.798
Benfeitorias em imóveis de terceiros	762	(694)	68	142	68	147
Estudos pesquisas e projetos.	4.774	(3.999)	775	1.013	825	1.060
Direitos de uso de software	4.692	(3.930)	762	1.299	832	1.392
	28.288	**(23.114)**	**5.174**	**7.325**	**5.306**	**7.471**

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora 2007	Controladora 2006	Consolidado 2007	Consolidado 2006	Vencimento	Encargos
Circulante						
Moeda estrangeira						
IFC	-	15.742	-	15.742	(a)	VC+Libor+4,00% a.a
IFC	1.971	3.138	1.971	3.138	(a)	VC+Libor+4,625% a.a
Adiantamento de contrato de câmbio	10.171	7.993	10.171	7.993	(a)	VC+6,33% a.a
"Suppliers credit"	8.995	15.819	8.995	15.819	(a)	VC+6,33% a.a
Banco ABN	16.644	-	16.644	-	(a)	VC+Libor+5,5% a.a
Banco ABC (1)	1.840	-	1.840	-	(a)	VC+Libor+4,00% a.a
Banco SAFRA	1.773	-	1.773	-	(a)	VC+Libor+3,60% a.a
Banco ABC (2)	614	-	614	-	(a)	VC+Libor+3,75% a.a
Capital de giro nos EUA	-	-	8.282	18.358	(a)	VC+9,75% a.a
Total moeda estrangeira	**42.008**	**42.692**	**50.290**	**61.050**		
Moeda nacional						
FINAME/POC	292	644	292	644	(a)	TJLP+8,20% a.a
PRODEC	-	91	-	91	(a)	(50% IGPM) + 1% a.a
Leasing	116	419	116	419	(a)	2,16% a.m
Capital de giro no Brasil	12.950	36.989	12.950	36.989	(a)	14,30% a.a (Média)
Total moeda nacional	**13.358**	**38.143**	**13.358**	**38.143**		
Total do circulante	**55.366**	**80.835**	**63.648**	**99.193**		
Não circulante						
Moeda estrangeira						
IFC	-	4.724	-	4.724	Jun/2007	VC+Libor+4,00% a.a
IFC	1.956	-	1.956	-	Dez/2009	VC+Libor+4,625% a.a
"Suppliers credit"	5.381	9.497	5.381	9.497	Nov/2009	VC+7,33% a.a
Banco ABN	27.676	-	27.676	-	Mar/2010	VC+Libor+5,5% a.a
Banco ABC (1)	2.657	-	2.657	-	Abr/2010	VC+Libor+3,90% a.a
Banco SAFRA	2.657	-	2.657	-	Jul/2010	VC+Libor+3,60% a.a
Banco ABC (2)	1.033	-	1.033	-	Jun/2010	VC+Libor+3,75% a.a
Total moeda estrangeira	**41.360**	**14.221**	**41.360**	**14.221**		
Moeda nacional						
FINAME/POC	210	498	210	1.124	Jan/2010	TJLP+8,20% a.a
Leasing	203	310	203	310	Fev/2011	2,16% a.m
Capital de giro no Brasil	575	-	1.240	-	Mar/2009	14,30% a.a (Média)
Total moeda nacional	**988**	**808**	**1.653**	**1.434**		
Total do não circulante	**42.348**	**15.029**	**43.013**	**15.655**		
Total	**97.714**	**95.864**	**106.661**	**114.848**		

VC - Variação Cambial; TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo; IGPM - Índice Geral de Preços ao Mercado; LIBOR - London Interbank Offered Rate

(a) Os empréstimos de curto prazo, bem como as parcelas de curto prazo dos financiamentos de longo prazo possuem diversos vencimentos até dezembro de 2008.

Os contratos de financiamentos junto ao IFC - International Finance Corporation possuem cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, conforme abaixo:

1) Índice de Liquidez Corrente > = 1,20
2) Grau de Endividamento < = 0,50
3) Índice de cobertura de juros > = 1,50

Em 31 de dezembro de 2007, alguns destes índices não foram atingidos. Em 25 de outubro de 2007, foi obtida anuência do credor referente aos índices retroativos a 31 de março 2007 e válido até 31 de dezembro de 2008.

Em 30 de março de 2007, foi contratada operação de pré-pagamento de exportações no valor de US$ 25 milhões com o Banco ABN Amro Bank, com custo de LIBOR acrescido de juros de 5,5% a.a., com prazo de amortização em 36 meses e 15 meses de carência. Os recursos foram utilizados na sua maioria para substituir financiamentos de curto prazo de custo mais elevado. A quitação das dívidas de curto prazo ocorreu, parte no mesmo dia e o saldo de R$ 33.217, foi utilizado nos primeiros dias do mês de abril de 2007.

O contrato acima mencionado possui as seguintes cláusulas restritivas:

1) Endividamento Total dividido pelo EBITDA <= 5
2) Geração de caixa operacional nos últimos 12 meses dividido pela despesa financeira nos últimos 12 meses > = 1,5
3) Endividamento Total dividido pelo Patrimônio Líquido > = 8,0

Em 31 de dezembro de 2007 a Companhia não cumpria as cláusulas 1 e 2 acima. A Companhia solicitou e obteve, em 18 de março de 2008, anuência temporária do credor ("waiver"), com validade retroativa a 21 de novembro de 2007, para evitar que o prazo de vencimento de sua obrigação fosse antecipado.

Como garantia da operação foram dadas:

- Duplicatas a receber no mercado interno no valor de 50% do saldo da operação;
- Estoque de produtos acabados no valor de 25% do saldo da operação;
- Depósitos de recebíveis do mercado externo em conta corrente do agente financeiro no valor de 150% da próxima parcela trimestral vincenda.
- Aval da controladora Portobello Participações Cerâmicas S.A.
- Aval dos acionistas controladores (pessoa física).

Em maio de 2007 a Companhia contratou uma operação de pré-pagamento com banco Safra S.A. no valor de US$ 3 milhões com custo de LIBOR acrescido de juros de 3,75% a.a. e prazo de 3 anos. Para este empréstimo não existe cláusulas restritivas e é garantido por fiança da Portobello Participações Cerâmicas S.A. e do diretor presidente da Companhia.

Na mesma data, celebramos um contrato com o Banco ABC Brasil S.A. no valor de US$ 3 milhões com custo de LIBOR acrescido de juros de 3,9% a.a. e prazo de 3 anos. Para este contrato não existe cláusulas restritivas e como garantia foram dados recebíveis da Portobello Shop S.A. e aval da Portobello Participações Cerâmicas S.A.

Em junho de 2007, conforme descrito na nota 21.a, o International Finance Corporation – IFC subscreveu e integralizou capital no montante de R$ 9,5 milhões com parte do saldo de financiamento.

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimento	Controladora 2007	Controladora 2006	Consolidado 2007	Consolidado 2006
2008	-	12.284	-	12.284
2009	34.487	2.657	35.152	3.283
2010	7.861	88	7.861	88
Total	42.348	15.029	43.013	15.655

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, principalmente, hipotecas de imóveis, equipamentos e recebíveis, reciprocidade com aplicações financeiras e aval dos controladores.

15. PARCELAMENTO DE OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Obrigações Fiscais		Pedido de parcelamento Data:	Nº parc.	2007	2006
Portobello S.A.	IPI *	c)	Set/06	120	21.027	19.945
	IPI	d)	Set/06	60	6.548	7.340
	CPMF		Mar/07	60	46	-
	INSS	a)	Set/06	16	2.640	2.422
	INSS	b)	Set/06	32	4.660	6.131
	INSS	a)	Jul/07	60	2.711	-
Total da Controladora					**37.632**	**35.838**
Parcela do circulante					9.535	6.377
Parcela do não circulante					28.097	29.461
PBTech Ltda.	INSS		Set/06	32	184	272
	IRPJ	e)	Set/06	120	-	107
	CSLL	e)	Set/06	120	-	56
Portobello Shop S.A.	INSS		Set/06	32	250	357
Total					**434**	**792**
Total do Consolidado					**38.066**	**36.630**
Parcela do circulante					9.810	6.632
Parcela do não circulante					28.256	29.998

(*) REFIS

a) Em setembro de 2005, a Companhia protocolou pedido de parcelamento dos débitos vencidos da contribuição para INSS referente ao período de fevereiro de 2005 a agosto de 2005 (inclusive). Na data, o montante atualizado era R$ 4.344, sendo parcelado em 24 parcelas.

O saldo desse parcelamento em setembro de 2006 era R$ 2.350, data em que a Companhia protocolou pedido de adesão ao programa de recuperação fiscal (REFIS), conforme facultado pela Medida Provisória 303 de 29 de junho de 2006, para parcelamentos anteriormente concedidos de encargos sociais – INSS, alongando o prazo de pagamento para 120 meses. Enquanto não houve homologação do pedido de parcelamento a Companhia recolheu mensalmente o valor de R$ 2.

Paralelamente, em outubro de 2006 a Companhia recebeu do Instituto Nacional de Seguridade Social, auto de infração e notificação fiscal, no valor original de R$ 2.506. Em julho de 2007, esgotada as possibilidades de defesa administrativa, a Companhia protocolou junto a Receita Federal do Brasil pedido de parcelamento desse débito. Durante o mês de outubro de 2007 o pedido foi indeferido porque a Companhia possuía débitos não inclusos no REFIS. Imediatamente, condicionada a desistência do REFIS do INSS de competência 2005, solicitou novo parcelamento, sendo então deferido. O prazo de pagamento é de 60 meses. A primeira parcela, no valor de R$ 47, teve vencimento em 31/10/2007. O saldo desse parcelamento em 31 de dezembro de 2007 é de R$ 2.711.

Sendo assim, o parcelamento do REFIS do INSS transformou-se em parcelamento de débitos com vencimento em 16 meses, no montante de R$ 2.640 em 31 de dezembro de 2007.

b) Em setembro de 2006, a Companhia protocolou pedido para parcelamento da contribuição para INSS referente ao período de janeiro a julho de 2006, no valor atualizado de R$ 5.939 em setembro de 2006. O pagamento da primeira parcela de um total de 32 foi feito em março de 2007. O saldo do parcelamento em 31 de dezembro de 2007 é R$ 4.660.

c) Em novembro de 2005, a Companhia protocolou pedido de parcelamento dos débitos vencidos do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados referente período de dezembro de 2004 a outubro de 2005 (inclusive). Na data, o montante atualizado era R$ 20.660, sendo parcelado em 60 meses.

O saldo desse parcelamento em setembro de 2006 era de R$ 19.327, data em que a Companhia protocolou pedido de adesão ao programa de recuperação fiscal (REFIS), conforme facultado pela Medida Provisória 303 de 29 de junho de 2006, para parcelamentos anteriormente concedidos de IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados. O prazo de pagamento é de 120 meses, atualizados mensalmente pela taxa Selic e o saldo deste débito em 31 de dezembro de 2007 é de R$ 21.027.

O valor presente dessa obrigação, ajustado com base na taxa atual de mercado (medida com base no CDI) soma aproximadamente R$ 16.349. O saldo devedor permaneceu registrado com base no valor original acrescido de juros aplicáveis à transação (Selic), não sendo registrado nenhum ajuste para redução com base no valor presente calculado mediante a utilização de taxa de juros de mercado atual.

d) Em setembro de 2006, a Companhia protocolou pedido para parcelamento do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados referente ao período de janeiro a julho de 2006, no valor R$ 7.498. O pagamento foi iniciado em outubro de 2006, será pago em 60 meses, atualizados monetariamente pela taxa Selic e o saldo deste parcelamento em 31 de dezembro de 2007 é de R$ 6.548.

e) Os pedidos de parcelamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido da controlada PBTech Ltda foram indeferidos e quitados durante o ano de 2007.

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora 2007	Controladora 2006	Consolidado 2007	Consolidado 2006
IRRF sobre premiações a funcionários e administradores (a)	8.118	-	8.118	-
IRRF	561	157	763	267
ICMS	978	143	995	176
IPI	401	-	401	-
PIS	289	-	315	44
COFINS	1.334	-	1.491	202
Outros	113	84	215	154
	11.794	**384**	**12.298**	**843**

(a) A Companhia, alertada pela notificação fiscal do INSS recebida em outubro de 2006, reconheceu que o IRRF incidente sobre os valores objeto de fiscalização seriam cobrados em eventual fiscalização da Receita Federal. O montante da provisão de IRRF é de R$ 8.118 em 31 de dezembro de 2007 (vide nota explicativa 22).

17. TRIBUTOS A PAGAR

A Administração da Companhia, com base em decisões judiciais transitadas em julgado e/ou autorização judicial, secundada em pareceres jurídicos, realizou a compensação de tributos federais incidentes sobre suas operações com crédito-prêmio do IPI adquiridos de terceiros e de partes relacionadas entre os exercícios de 2001 a 2003, como segue:

	Controladora 2007	Consolidado 2007
Tributos a pagar sobre créditos adquiridos de Empresas ligadas (a)	90.304	90.677
Tributos a pagar sobre créditos adquiridos de terceiros (b)	15.937	15.937
	106.241	**106.614**

(a) Tributos a pagar sobre créditos adquiridos de empresas ligadas

Os processos judiciais, da qual é detentora do direito de ação, podem ser assim resumidos: (i) processo n.º V-286/84 (substituição do pólo ativo - Refinadora Catarinense, empresa ligada), cujo trânsito em julgado é datado de 03/07/95, declarando em favor da Companhia o direito ao ressarcimento do crédito-prêmio IPI relativo ao período de apuração de 07/12/1979 a 31/03/1981; (ii) processo judicial n.º 472-G/87, de idêntico objeto, transitou em julgado em 08/05/1995, e refere-se ao período de apuração do crédito-prêmio de 01/04/1981 a 30/04/1985. Ambos os processos tramitaram no âmbito do TRF da 1ª Região, em sede de ação declaratória.

De outra parte, foram, também, compensados tributos com créditos, cedidos pela Refinadora Catarinense, declarados em sentença judicial proferida no Mandado de Segurança n.º 2001.51.01.006335-5, do Rio de Janeiro, cuja segurança foi denegada pelo TRF da 2ª Região. O processo aguarda despacho de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário interpostos e está com a exigibilidade do crédito tributário suspensa por força de decisão prolatada nos autos do processo nº 2006.02.01014847-2 (ação cautelar incidental), datada de 21/12/2006.

Em março de 2006, a Delegacia da Receita Federal em Florianópolis lavrou autos de infração, glosando as importâncias compensadas com crédito-prêmio de IPI, até o exercício de 2004, em dois processos distintos (Processo nº 11516.000745/2006-89, no valor de R$ 89.622 e Processo nº11516.000744/2006-34, no valor de R$ 31.855), cujos lançamentos tributários de compensação foram impugnados.

A Delegacia da Receita Federal instaurou, adicionalmente, dois processos administrativos decorrentes de procedimento intitulado Processo de Acompanhamento Judicial – PAJ, e determinou a inscrição em dívida ativa das compensações realizadas com PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no valor total aproximado de R$ 25.000, sem, contudo, oportunizar manifestação de defesa da Companhia. Em relação aos dois processos em que a Companhia figura no pólo ativo (processo nº V-286/84 mérito - nº 1998.34.029022-4 liquidação de sentença e processo nº 472-G/87 mérito – nº 87.00.00645-9 liquidação de sentença), a Administração, baseada na opinião dos consultores jurídicos, externos e internos, classifica como remota as chances da exigência do crédito tributário relativo às autuações e inscrições em dívida ativa, conforme descrito acima, particularmente porque as decisões já transitaram em julgado, cujas planilhas e memórias de cálculo apresentadas em processo de liquidação de sentença estão a demonstrar que os valores apurados são suficientes para lastrear as compensações. Particularmente em relação ao processo nº V-286/84 mérito - nº 1998.34.029022-4 liquidação de sentença, submetido à revisão do escritório de advocacia Felsberg e Associados, foi constado que "Diante do exposto, verificamos que a PORTOBELLO, embora tenha compensado relevante parcela do Crédito-Prêmio do IPI a que faz jus, ainda possui saldo remanescente de crédito, no valor de R$ 28.720.625,19, atualizados até agosto de 2007.", cujas conclusões apontam, de forma indelével, não só a existência do saldo, no valor informado, como a possibilidade de utilização em futuras compensações com tributos vincendos.

O processo (Proc. n. 20015101006335-5) em que foram transferidos os créditos-prêmio do IPI (cessão de créditos), com expressa autorização judicial, segundo parecer subscrito pelo escritório que patrocina o Mandado de Segurança impetrado pela Refinadora Catarinense, sustenta ser remota a possibilidade de exigência do tributo lançado, em que pese decisão proferida pelo TRF da 2ª Região que acolheu o recurso da Fazenda Nacional e determinou que fosse cassada a segurança deferida pelo juízo singular. Todavia, foi estabelecido procedimento de securitização desta operação, cujos termos do contrato de cessão de créditos celebrado entre a Refinadora Catarinense e a Companhia estabelece a obrigação da Cedente (Refinadora) em ressarcir a tomadora (Portobello) dos prejuízos financeiros advindos da compensação tributária realizada pela Portobello.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Não obstante o pronunciamento acerca da possibilidade da exigência tributária, o Superior Tribunal de Justiça, em recente decisão que versa sobre o crédito prêmio de IPI, por meio do REsp 652.379-RS e EREsp 738.689-PR, estabeleceu que o término do benefício fiscal ocorreu em 04/10/1990 nos termos do parágrafo primeiro do artigo 41 do ADCT. Desta forma, levando em consideração que os créditos transferidos da Refinadora Catarinense têm origem posterior àquela data, a Companhia decidiu pelo registro de passivo no valor de R$ 90.304. De outra parte, a Companhia buscou, junto a Refinadora Catarinense, o ressarcimento dos valores dos tributos lançados por meio de auto de infração, como forma de exigir a garantia (ver nota explicativa 19).

Convém ressaltar que a exigibilidade dos créditos tributários decorrentes do Processo nº 11516.000745/2006-89, bem como daqueles originados do processo de acompanhamento judicial 10983.72003/2006-02, estão suspensas por força de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1.ª região em 28 de março de 2007.

O processo administrativo nº 11516.002.480/2006-53 encontra-se em fase de execução fiscal, na iminência de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, posto que já garantido o Juízo com a nomeação de bens à penhora, com despacho judicial de retirada exclusão do nome da Companhia do CADIN por força de decisão proferida em 04/07/2007 pelo Juiz da Vara Cível da comarca de Tijucas, em sede de embargos à execução (Autos nº 72.07.002482-2) com pedido de antecipação dos efeitos de tutela.

(b) Tributos a pagar sobre créditos adquiridos de terceiros

Em outubro de 2000 e fevereiro de 2001 a Companhia celebrou três instrumentos particulares de cessão de crédito tributário (crédito prêmio de IPI - Imposto sobre Produto Industrializado) com SIMAB S.A. no montante de R$ 6.847. Tais créditos foram utilizados pela Companhia na compensação de tributos federais nos exercícios de 2000 e 2001. Por se tratarem de créditos pós 1990, face a recente decisão do STJ já mencionada acima, a Companhia reconheceu o passivo correspondente aos créditos adquiridos da SIMAB em valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 no montante de R$ 15.937. Conforme os instrumentos particulares de cessão de crédito tributário celebrados entre a Companhia e SIMAB, a cedente continua responsável financeiramente pela transação, no limite máximo recebido de R$ 4.535 (valor nominal com deságio dos créditos transferidos), até o trânsito em julgado dos processos dos referidos créditos. Desta forma, a Companhia reconheceu em 30 de setembro de 2007 em seu balanço um contas a receber de longo prazo o valor de R$ 4.535 e, em se confirmando decisão desfavorável à SIMAB S.A. nestes processos de crédito prêmio de IPI, a Administração da Companhia buscará ressarcimento conforme acordado quando da transferência dos créditos. Atendendo a princípios contábeis, a Administração da Companhia decidiu constituir provisão no mesmo valor do ativo. (vide nota explicativa 9)

A Companhia e seus assessores jurídicos continuarão a empreender as ações necessárias à defesa de seus interesses relacionados aos créditos fiscais em questão, nas esferas administrativa e judicial, com o objetivo de garantir a regularidade e licitude dos procedimentos de compensação tributária, seja pela homologação da autoridade fiscal administrativa, seja pela declaração judicial.

18. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para contingências é suficiente para cobrir perdas prováveis.

A abertura do saldo da provisão para contingências:

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Provisão para contingências cíveis	1.279	1.699	1.279	1.699
Provisão para contingências trabalhistas	1.487	3.211	1.533	3.252
(-) Depósitos judiciais	(319)	(81)	(319)	(81)
Provisão para contingências tributárias	1.365	1.267	1.365	1.267
(-) Depósitos judiciais	(963)	(862)	(963)	(862)
Total da provisão de longo prazo	2.849	5.234	2.895	5.275

O saldo das provisões é atualizado pelo seguinte critério: contingências tributárias são atualizadas pela variação da taxa SELIC no exercício; contingências cíveis e trabalhistas são avaliadas individualmente sendo provisionado em média 30% do montante dos processos. Este critério tem se mostrado suficiente nos últimos anos.

A movimentação do saldo da provisão para contigências:

Controladora	2006	Depósitos	Provisão	Baixas	2007
Cível	1.699	-	106	(526)	1.279
Trabalhista	3.211	-	2.306	(4.030)	1.487
(-) Depósitos judiciais	(81)	(238)	-	-	(319)
Tributária	1.267	-	98	-	1.365
(-) Depósitos judiciais	(862)	(101)	-	-	(963)
Total	**5.234**	**(339)**	**2.510**	**(4.556)**	**2.849**

Consolidado	2006	Depósitos	Provisão	Baixas	2007
Cível	1.699	-	106	(526)	1.279
Trabalhista	3.252	-	2.311	(4.030)	1.533
(-) Depósitos judiciais	(81)	(238)	-	-	(319)
Tributária	1.267	-	98	-	1.365
(-) Depósitos judiciais	(862)	(101)	-	-	(963)
Total	**5.275**	**(339)**	**2.515**	**(4.556)**	**2.895**

Perda Possível – não foram constituídas provisões contábeis para as contingências avaliadas pelos assessores jurídicos da Companhia como perdas possíveis. Estas contingências estão distribuídas nas áreas tributárias, cíveis e trabalhistas, a seguir apresentadas:

Tributárias

Processo Administrativo nº 10909.000.666/2002-68, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2007 de R$ 632, versa sobre lançamento fiscal objetivando prevenir a decadência, em procedimento de compensação tributária com créditos reconhecidos no Mandado de Segurança 2001.51.01.006335-5 (crédito-prêmio do IPI). Em sede de decisão administrativa, restou julgado "procedente o lançamento, permanecendo suspensa sua cobrança enquanto perdurar a hipótese de suspensão da exigibilidade".

Processo Administrativo nº 10909.001.618/2002-97, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2007 de R$ 489, versa sobre lançamento fiscal objetivando prevenir a decadência, em procedimento de compensação tributária com créditos fiscais adquiridos de terceiros (SIMAB S/A e Refinadora Catarinense S/A). Em sede de decisão administrativa, restou julgado procedente o lançamento, podendo a autoridade preparadora "prosseguir na cobrança dos valores devidos, caso se verifique a extinção das causas de suspensão de exigibilidade do crédito tributário".

Trabalhistas e previdenciárias

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A., figuram como reclamadas em 102 (cento e duas) reclamações trabalhistas, movidas por colaboradores, ex-colaboradores e terceiros. Os pedidos referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial, correção monetária do FGTS e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. O montante não provisionado é de R$ 3.452.

Notificação fiscal sobre contribuição previdenciária devida pela Companhia sobre a remuneração paga aos segurados, contribuição para financiamento dos benefícios em razão da incapacidade laborativa, e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE), acrescidos de juros moratórios e multa. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2007 é de R$ 1.372.

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 108 (cento e oito) ações cíveis, no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. O montante não provisionado é de R$ 3.038.

19. EMPRESAS LIGADAS E PARTES RELACIONADAS

	Valores a Receber		Mútuo ativo		Clientes		Adiantamento a fornecedores	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Empresas controladas:								
Mineração Portobello Ltda.	-	-	-	-	-	-	676	618
PBTech Ltda.	-	-	783	314	1.940	1.673	-	-
Portobello America Inc.	-	-	-	-	21.128	19.402	-	-
Provisão para passivo a descoberto em controlada	-	-	-	-	(5.669)	-	(226)	(235)
Subtotal empresas controladas	-	-	783	314	17.399	21.075	450	383
Partes relacionadas:								
Refinadora Catarinense S.A.	90.304	-	-	-	-	-	-	-
Portobello Participações Cerâmicas S.A.	-	-	-	20	-	-	-	-
Subtotal partes relacionadas	90.304	-	-	20	-	-	-	-
Saldo Controladora	90.304	-	783	334	17.399	21.075	450	383

	Fornecedores		Mútuo passivo		Receitas		Despesas	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Empresas controladas:								
Mineração Portobello Ltda.	-	-	-	-	-	-	(106)	(123)
PBTech Ltda.	-	-	-	-	2.760	2.644	-	-
Portobello America Inc.	-	-	-	-	24.727	49.354	-	-
Portobello Shop S.A.	-	-	4.831	1.718	4.302	4.346	(318)	(75)
Subtotal empresas controladas	-	-	4.831	1.718	31.789	56.344	(424)	(198)
Partes relacionadas:								
Multilog S.A.	14	286	-	-	-	-	(942)	(224)
Refinadora Catarinense S.A	-	-	6.751	9.778	-	-	(957)	(1.724)
Usati A.B.P.S. Ltda.	-	-	-	163	-	-	(5)	(22)
Subtotal partes relacionadas	14	286	6.751	9.941	-	-	(1.904)	(1.970)
Saldo Controladora	14	286	11.582	11.659	31.789	56.344	(2.328)	(2.168)
Circulante			2.226	-				
Não circulante			9.356	11.659				
Saldo Consolidado			6.751	10.868				
Circulante			2.226	-				
Não circulante			4.525	10.868				

As transações comerciais entre partes relacionadas são resultantes de operações de compra e venda, prestação de serviços, e empréstimos praticados de acordo com as condições combinadas entre as partes.

Os contratos de mútuo com empresas ligadas são remunerados pela variação de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Refinadora Catarinense

Durante os anos de 2001 a 2003, a Companhia adquiriu da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ou "Refinadora", créditos fiscais contra a Fazenda Federal. Os créditos da Refinadora tiveram origem em pretensão formalizada em sede de Mandado de Segurança, por ela impetrado em face da Fazenda Nacional, reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI durante o período de 24/07/1991 a 23/07/2001. No período de janeiro de 2001 a janeiro de 2003, a Companhia utilizou os referidos créditos, no montante de R$ 42.102, para liquidação de tributos federais gerados e devidos pela Companhia, liquidação essa expressamente amparada por decisão judicial prolatada nos autos do Mandado de Segurança. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Federal, a Refinadora deverá ressarcir a Companhia pelo montante que eventualmente venha a desembolsar para liquidação definitiva dos tributos federais que foram preliminarmente liquidados com aqueles créditos.

Durante o exercício de 2007, a Administração da Companhia e seus assessores jurídicos, reavaliaram a expectativa de desfecho judicial do crédito adquirido da Refinadora e, em decorrência de recente decisão do Superior Tribunal de Justiça ("STJ") sobre essa matéria para um caso semelhante, concluíram haver necessidade do registro do passivo para o montante dos tributos federais que foram preliminarmente liquidados, amparados por medida judicial, com a utilização dos créditos adquiridos da Refinadora. Conseqüentemente, durante o segundo trimestre de 2007, foi registrado um passivo no montante de R$ 88.080 (conforme descrito na nota explicativa 17, a Companhia recebeu, como parte de um processo de fiscalização, autos de infração pleiteando o pagamento de referidos tributos e a Companhia, através de seus advogados tem feito as devidas defesas, atualmente, na esfera administrativa). Por haver a garantia da parte relacionada Refinadora, na eventualidade de perda do processo, o mesmo montante foi registrado no ativo realizável a longo prazo como um valor a receber da Refinadora. O valor a ser ressarcido por parte da Refinadora está garantido por uma carta de fiança bancária, assinada pela Refinadora e seus acionistas, com as seguintes principais características:

Fiador: Banco Itaú BBA S.A.

Favorecido: Portobello S.A.

Prazo: 90 dias, contados a partir de 03.10.2007, renovável automaticamente por no máximo 4 períodos iguais e sucessivos de 90 dias. Se, durante esse período, após exauridos todos os recursos disponíveis no âmbito do processo administrativo, for obtido um parcelamento do débito, durante o período de vigência da carta de fiança, o fiador obriga-se a honrar as parcelas subseqüentes do pagamento até o valor limite da carta de fiança. A qualquer momento, essa carta de fiança poderá ser substituída por uma garantia real em favor da Companhia.

Valor: R$ 90.618, atualizado monetariamente com base na variação acumulada da taxa Selic no período entre a data de emissão até a data do respectivo pagamento.

Adicionalmente, a Administração da Companhia continua discutindo com a Refinadora, a existência de outros ativos que poderão ser considerados como garantia para realização do referido crédito.

Diante dessas condições, a Administração da Companhia concluiu por manter o valor a ser recebido da Refinadora.

20. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

A partir do exercício de 1997 começou a vigorar o Plano de Benefícios Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e recebeu a adesão de 1.615 funcionários. O plano tem a característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade. A avaliação atuarial, atualizada até 31 de dezembro de 2007, desta parte do plano, considerada como sendo de benefício definido, apresenta um superávit R$ 753 (R$ 320 em 2006).

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo das contribuições especiais referentes ao tempo passado, a serem depositadas na conta individual daqueles participantes que satisfizerem às condições estabelecidas no regulamento do plano, monta em R$ 3.604 (R$ 3.867 em 2006) e encontra-se provisionado no passivo exigível a longo prazo. No momento em que cada participante integrante desta condição tornar-se elegível, a Companhia quitará a parcela de reserva especial atribuível ao mesmo.

Todos os benefícios do plano serão concedidos aos participantes que estiverem elegíveis, considerando-se o estabelecido no Regulamento do Plano. O custeio de cada plano de benefícios será estabelecido por atuário independente uma vez por ano, ou sempre que ocorrerem alterações significativas nos encargos do fundo, com respeito ao referido plano.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

A Companhia tinha registrado no patrimônio líquido um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC no montante de R$ 18.700. Em 29 de dezembro de 2006, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital mediante subscrição privada e emissão de 13.649.636 novas ações preferenciais nominativas escriturais ao preço de R$ 1,37 (um real e trinta e sete centavos) por ação. A subscrição foi realizada pela incorporação de R$ 18.277 do AFAC e mais R$ 423 referente à subscrição de acionistas minoritários que exerceram seu direito de preferência e acompanharam o aumento de capital.

Em 25 de maio de 2007, o Conselho de Administração aprovou novo aumento de capital da Companhia no valor de R$ 12.240, através da emissão de 9.000.000 novas ações preferenciais nominativas escriturais, ao preço de R$ 1,36 (um real e trinta e seis centavos) por ação.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2007 é de R$ 112.957 (R$ 100.717 em 2006), representado em 99.224.676 ações ordinárias (99.224.676 em 2006) e 59.784.248 preferenciais (50.784.248 em 2006), totalizando 159.008.924 ações (150.008.924 em 2006).

Em 27 de novembro de 2007 em Assembléia Geral Extraordinária foi aprovado, na forma do art. 136 da Lei 6.404/76, a conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária para uma ação preferencial que efetivamente aconteceu em 10 de janeiro de 2008, data em que a Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor de R$ 112.957 que está representado por 159.008.924 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembléias Gerais, segundo os direitos e privilégios próprios estabelecidos, por lei e nos estatutos para a sua espécie.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando um capital social representado por até 1.159.008.924 ações. Sendo vedada a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios no valor equivalente a 30% do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

(b) Reserva de reavaliação

Constituída em 1990, 1991 e 2006 com base em laudos de avaliação emitidos por peritos independentes, sendo transferida para lucros acumulados na mesma proporção da depreciação ou baixa dos bens que a geraram (vide nota explicativa 12).

22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Outras receitas operacionais				
Créditos tributários	-	3.915	504	3.915
Receita de serviços com partes relacionadas	1.710	1.775	-	-
Outras receitas	1.035	319	348	322
Total de outras receitas operacionais	**2.745**	**6.009**	**852**	**4.237**
Outras despesas operacionais				
Despesa – Provisão tributos a pagar (nota 17)	90.304	-	90.304	-
Receita – Ressarcimento (nota 19)	(90.304)	-	(90.304)	-
Tributos a pagar (nota 17)	(15.937)	-	(16.308)	-
Tributos federais sobre premiações (nota 16)	(8.118)	-	(8.118)	-
Auto de Infração – INSS (nota 15)	(2.506)	-	(2.506)	-
Reversão (provisão) para contingências	569	(3.236)	569	(3.300)
Custo de Ociosidade	(1.717)	(686)	(1.717)	(764)
Outras despesas	(471)	(298)	(473)	(445)
Total de outras despesas operacionais	**(28.180)**	**(4.220)**	**(28.553)**	**(4.509)**
Total líquido	**(25.435)**	**1.789**	**(27.701)**	**(272)**

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Receitas financeiras				
Juros	1.327	919	1.704	1.037
Descontos recebidos	673	2.018	679	2.039
Outros	579	177	580	182
	2.579	**3.114**	**2.963**	**3.258**
Variação cambial				
Variação cambial ativa	19.610	6.840	19.610	6.840
Variação cambial passiva	(6.854)	(3.182)	(6.854)	(3.182)
	12.756	**3.658**	**12.756**	**3.658**
Despesas financeiras				
Juros	(18.806)	(27.249)	(19.023)	(30.576)
Comissões e taxas de serviços	(1.065)	(1.051)	(1.065)	(1.051)
Encargos financeiros com tributos	(4.479)	(5.353)	(6.334)	(5.499)
Deságios/despesas bancárias	(2.401)	(3.952)	(2.462)	(4.068)
Descontos concedidos	(2.369)	(1.533)	(2.496)	(1.574)
CPMF	(2.011)	(2.190)	(2.141)	(2.305)
Outros	(650)	(1.105)	(652)	(1.110)
	(31.781)	**(42.433)**	**(34.173)**	**(46.183)**
Resultado financeiro líquido	**(16.446)**	**(35.661)**	**(18.454)**	**(39.267)**

24. SEGUROS (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2007, a cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos sobre bens do ativo imobilizado, produtos em estoques e lucros cessantes, é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Controladora e Consolidado 2007
Incêndio/Raio/Explosão Qualquer Natureza	85.000
Danos Elétricos	1.000
Tumultos	1.000
Vendaval/Fumaça c/impacto de Veículos	3.000
Responsabilidade Civil – Operações	2.500
Responsabilidade Civil - Empregador	2.500
Lucro Cessante dec. Vendaval c/ impacto	12.000
Lucro Cessante dec. Básica	12.000

25. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

As despesas com honorários da administração totalizaram R$ 1.467 no exercício de 2007 (R$ 1.599 em 2006). A Assembléia Geral Ordinária de 30 de abril de 2007 aprovou, para o referido exercício, a remuneração global dos administradores de no máximo R$ 4.320.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia não possui qualquer contrato de troca de índices (SWAP) e não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como derivativo.

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas no cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros:

Disponibilidades: Os montantes divulgados no balanço patrimonial para disponibilidades aproximam-se de seus valores de mercado;

Empréstimos e Financiamentos: Conforme demonstrado na nota explicativa 14, as operações são vinculadas a diversos indexadores e apresentam taxas de juros variadas. A Administração da Companhia não acredita que possam ocorrer ganhos ou perdas não esperados nessas operações em função das mesmas terem sido contratadas em condições atuais similares a de mercado.

A dívida em moeda estrangeira é equivalente a cerca de 12 meses de suas exportações tomando como base a média do ano. Como a quase totalidade dos financiamentos indexados ao câmbio é de longo prazo, a receita cambial no período de amortização é próxima ao serviço da dívida, dispondo, portando, de "hedge" natural em seu fluxo de caixa.

Risco de Exposição Cambial:

	Consolidado	
	2007	2006
Contas a receber	26.698	36.600
Investimentos em controladas	(4.107)	1.610
Fornecedores	(3.021)	(4.013)
Empréstimos e financiamentos	(91.650)	(75.271)
Exposição líquida	**(72.080)**	**(41.074)**

27. ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA, COM VIGÊNCIA A PARTIR DE JANEIRO DE 2008.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

As modificações na legislação societária brasileira são aplicáveis para todas as companhias constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo companhias de capital aberto, bem como estendem às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

Algumas alterações devem ser aplicadas a partir do início do próximo exercício, enquanto outras dependem de regulamentação por parte dos órgãos reguladores.

As principais modificações podem ser sumariadas como segue:

a) Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa.

b) Inclusão da demonstração do valor adicionado.

c) Possibilidade de manter separadamente a escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na seqüência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis.

d) Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, os riscos e o controle dos bens (exemplo: "leasing" financeiro).

e) Modificação do conceito para valores registrados no diferido

f) Obrigatoriedade de a Companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido.

g) Requerimentos de que as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, sejam registradas: (i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e (ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.

h) Criação de um novo subgrupo de contas, ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros; o registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial (até 31 de dezembro de 2007 essa variação cambial era registrada no resultado do exercício); e os ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas que estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle.

i) Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo.

j) Eliminação da reserva de reavaliação. Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até sua efetiva realização ou estornados até o fim do exercício social em que a Lei entrar em vigor.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

k) Requerimento de que os ativos e passivos da Companhia a ser incorporada, decorrentes de transações que envolvam incorporação, fusão ou cisão entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, sejam contabilizados pelo seu valor de mercado.

Em razão de essas alterações terem sido recentemente promulgadas e algumas ainda dependerem de regulamentação por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas, a Administração da Companhia ainda não conseguiu avaliar todos os efeitos que referidas alterações poderiam resultar em suas demonstrações financeiras e nos resultados dos exercícios seguintes.

28. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR) REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

	Controladora		Consolidado	
	2007	**2006**	**2007**	**2006**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo do exercício	(45.067)	(29.764)	(39.408)	(29.294)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Participação dos acionistas minoritários	-	-	(89)	(67)
Depreciação e amortização	18.374	20.157	19.317	21.802
Custo residual de ativo imobilizado baixado	403	2.035	404	2.622
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	595	403	1.035	1.211
Equivalência patrimonial	3.881	1.434	-	-
Amortização de ágio	35	-	-	-
Ganho ou perda cambial sobre investimentos	281	567	-	-
Provisão (reversão) para estoques a valor de mercado	1.206	1.063	1.206	1.063
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com empresas ligadas, financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais	22.338	8.160	21.660	7.710
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.199	-	10.199	611
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(24.845)	5.505	(24.541)	8.844
Estoques	10.783	6.617	24.788	9.818
Outros ativos circulantes	2.413	3.073	933	2.461
Ativos não circulantes	(15.484)	577	(12.183)	426
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(12.295)	14.501	(18.429)	15.791
Parcelamento de obrigações fiscais e sociais	1.794	11.429	1.436	12.221
Obrigações fiscais	10.872	(1.387)	10.918	(1.471)
Obrigações trabalhistas	611	(883)	(166)	(338)
Outras contas a pagar	4.437	4.034	3.401	2.627
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(9.469)**	**47.521**	**481**	**56.037**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de imobilizado e adições ao diferido	(4.208)	(2.329)	(4.497)	(2.752)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	**(4.208)**	**(2.329)**	**(4.497)**	**(2.752)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de empréstimos e financiamentos	138.828	150.152	200.730	273.450
Integralização de capital	11.817	423	11.817	423
Pagamento de financiamentos	(136.978)	(188.165)	(203.949)	(318.317)
Pagamento de saldos devidos para empresas ligadas	(77)	(6.994)	(4.117)	(8.528)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**13.588**	**(44.584)**	**4.479**	**(52.972)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE DISPONIBILIDADES	**(88)**	**608**	**463**	**313**
DISPONIBILIDADES				
Saldo inicial	1.368	760	1.899	1.586
Saldo final	1.280	1.368	2.362	1.899
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE DISPONIBILIDADES	**(88)**	**608**	**463**	**313**
INFORMAÇÕES ADICIONAIS				
Juros pagos durante o exercício	8.049	7.297	9.794	7.414
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	2.257	1.609

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Acionistas e Administradores da
Portobello S.A.
Tijucas – SC

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Portobello S.A. (controladora e consolidado), levantados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Portobello S.A. (controladora e consolidado) em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras básicas referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A demonstração dos fluxos de caixa, que está sendo apresentada na nota explicativa nº 28 às demonstrações financeiras para propiciar informações suplementares sobre a Companhia, não é requerida como parte integrante das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A demonstração dos fluxos de caixa foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essa demonstração suplementar está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras básicas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, tomadas em conjunto.

5. A Companhia tem sofrido contínuos prejuízos, gerados principalmente em função de seu endividamento financeiro, parcelamento de tributos, baixo índice de liquidez e baixa rentabilidade nas operações. Conforme descrito na nota explicativa n°. 1, a Administração da Companhia vem implantando medidas para o equacionamento operacional e financeiro, objetivando melhorar suas margens de lucratividade, a reestruturação da sua dívida através do alongamento do seu perfil do endividamento, redução de taxas de juros e obtenção de carência para amortização. As demonstrações financeiras foram preparadas, e são apresentadas, considerando a continuidade normal dos negócios da Companhia, suportadas na efetivação das projeções empresariais do próximo exercício preparadas pela Administração da Companhia e na finalização das negociações em andamento com as instituições financeiras.

Joinville, 12 de março de 2008
(18 de março de 2008, em relação à nota explicativa nº 14).

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2SP 011.609/O-8/F/SC

Roberto Wagner Promenzio
Contador
CRC n.° 1SP 088.438/0-9/S/SC

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CESAR BASTOS GOMES
Presidente

CESAR GOMES JÚNIOR
Vice-Presidente

PLÍNIO VILLARES MUSETTI
Conselheiro

FERNANDO MARCONDES DE MATTOS
Conselheiro

GLAUCO JOSÉ CORTE
Conselheiro

MAILSON FERREIRA DA NÓBREGA
Conselheiro

RAMI NAUN GOLDFAJN
Conselheiro

ARTHUR ZWOELFER DE FARIAS
Conselheiro

FRANCISCO AMAURY OLSEN
Conselheiro

DIRETORIA

CESAR GOMES JÚNIOR
Diretor Presidente

CLÁUDIO ÁVILA DA SILVA
Diretor Vice-Presidente

MÁRIO A. F. BAPTISTA
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

NILTON TORRES DE BASTOS FILHO
Diretor Industrial

Geraldo Leonel Estevam da Silveira - Contador - CRC/PR 040698/O-9-T-SC